

A importância do jornalismo como ciência no processo de profissionalização da carreira

Paula Melani Rocha*

Índice

1 Introdução	1
2 O conceito de profissão	2
3 O jornalismo como profissão no Brasil	3
4 Jornalismo: ciência ou não?	5
5 Conclusão	7
6 Referências Bibliográficas	8

Resumo

Este artigo analisa a importância do jornalismo enquanto ciência para adquirir o status de profissão e sua relação com a sociedade. A discussão teórica ampara-se em uma abordagem exploratória cujo objetivo é demonstrar a natureza do problema sugerindo soluções e/ou novas idéias e está fundamentada na Ciência da Comunicação no que se refere à questão do jornalismo, e em Eliot Freidson no campo da sociologia das profissões. O processo de profissionalização do jornalismo no Brasil iniciou na

*Professora e coordenadora do curso de Jornalismo da UniCOC. Mestre e Doutora em Sociologia das Profissões pela UFSCAR. Pós-graduação em Jornalismo – Harvard/EUA. Formada em Jornalismo pela Casper Líbero e em Ciências Sociais pela USP. Endereço eletrônico: paulamelani@coc.com.br. Este trabalho apresentado ao NP Teorias da Comunicação, do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

década de 30 do século passado, mas ainda não está sedimentado. Conclui-se através da pesquisa que um dos motivos deve-se ao fato do jornalismo no Brasil não ter o domínio da *expertise*, desenvolvido de forma ampla no meio acadêmico e principalmente na formação do profissional.

Palavras-chave: Teoria da Comunicação; sociologia das profissões; jornalismo brasileiro; ciência.

1 Introdução

A carreira de jornalismo no Brasil iniciou seu processo de profissionalização no século passado, mais especificamente a partir do final da década de 30, com a criação das associações e sindicatos, passando pelo surgimento dos cursos de credenciamento, exigência do diploma para o exercício da profissão, divisão por editorias nas redações até as inovações tecnológicas. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo foi criado em 1937. O primeiro curso superior de jornalismo é de 1947. Em 17 de outubro de 1969, em plena ditadura militar, foi aprovado o Decreto-Lei 972, com alterações posteriores (Decreto 65.923 e Decreto 83.284) regulamentando a profissão e

consagrando a exigência de curso superior de jornalismo para o exercício da profissão. Em seguida, aumentou a remuneração salarial e foram criadas editorias, acarretando maior especialização do profissional por áreas, acrescido da exigência de um profissional com maior conhecimento de todo o conjunto de uma redação. Houve, também, mudanças tecnológicas, como a introdução dos computadores nas redações, o surgimento do jornalismo *on-line* e da televisão na internet. No entanto, o processo de profissionalização não está sedimentado, quando se compara com carreiras como medicina e direito.

A obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo ficou suspensa, sob disputa legal no âmbito da justiça, durante o período de 2001 a 2005. Segundo dados do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, 13 mil estudantes de jornalismo e pessoas que atuavam na área em todo país obtiveram o registro provisório para exercer a atividade. Esses registros são conhecidos como precários e estão sendo cassados pela FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas - e pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo. Nos últimos dois anos (2004 e 2005) houve uma grande discussão sobre a criação do Conselho Federal dos Jornalistas, mas frente às discordâncias dos profissionais da área de comunicação e também dos donos dos veículos de comunicação, o respectivo conselho não foi criado.

Estes fatos ilustram que no Brasil, ainda há divergência entre os pragmáticos e os teóricos sobre a necessidade de uma formação teórica em jornalismo para o exercício da profissão. Mesmo entre os estudiosos não há consenso se o jornalismo deve ou não ser

considerado ciência. A pesquisa em comunicação, entre outros objetivos, busca entender a epistemologia do jornalismo, os meios de comunicação, os elementos que interagem no processo comunicativo, as formas e processos de informação, o jornalismo enquanto profissão e os setores do mercado de trabalho.

O artigo proposto neste Congresso discute a importância em analisar o jornalismo enquanto ciência para adquirir o *status* de profissão e sua relação com a sociedade. A discussão fundamenta-se na ciência da comunicação e na sociologia das profissões.

2 O conceito de profissão

A profissionalização e sua especialização estão interligadas ao processo histórico, às mudanças políticas, sociais e econômicas.

A história das profissões tem seu marco no industrialismo capitalista do século XIX, quando aumentou a competitividade no campo de trabalho. As ocupações começaram a buscar um lugar seguro na economia e a disputa levou à criação de associações e instituições próprias. Surgiram as associações, os credenciamentos, a licença, o registro e os cursos superiores. São esses fatores que elevaram o status de algumas ocupações para a esfera da profissão. (FREIDSON, 1996)

Os conceitos apontados por Freidson (1996) para especificar as características das profissões dentro da estrutura das ocupações são:

1. profissão é um tipo de trabalho pago, feito em tempo integral, que inclui o mercado informal;

2. profissão é de caráter especializado, de base teórica, com competência discricionária de julgamento sobre uma área do saber;
3. profissões são aquelas ocupações que controlam a divisão do trabalho, que é determinada pelas suas relações, que negociaram as delimitações e fronteiras jurisdicionais de cada uma, diferente do método baseado no livre mercado ou controlado por uma administração racional-legal externa à profissão;
4. na profissão, o controle do mercado de trabalho é ocupacional, feito através do credenciamento dos membros da profissão;
5. a profissão envolve a pessoa com conhecimento abstrato e autoridade sobre um campo do saber profissional, obtido fora do mercado de trabalho, nas instituições de ensino superior.

3 O jornalismo como profissão no Brasil

No Brasil, durante grande parte do período do regime Monárquico, foi proibida a instalação de um jornal. As notícias brasileiras eram redigidas na Europa. O primeiro jornal nacional, *Correio Braziliense*, surgiu em 1808, era impresso na Inglaterra e servia como porta voz do governo português no Brasil. No final do século XIX surgiram novos jornais nacionais. Todos eram governistas. Diferente do direito e da medicina, que tiveram os cursos de graduação instalados no Brasil a partir do período imperial¹, a pri-

¹ As primeiras faculdades de direito foram a de São Paulo e a de Olinda, criadas no final da década

meira Faculdade de jornalismo (Casper Líbero) foi criada em 1947, mais de cem anos depois².

Com relação ao poder das profissões, Freidson (1998) apóia-se na diferenciação de seus membros em praticantes, administradores e intelectuais. Os praticantes são aqueles que têm algum poder sobre os clientes e controlam o trabalho que fazem. Os administradores condicionam quando e onde os praticantes podem exercer poder sobre os clientes. E os intelectuais portadores da *expertise* não exercem poder nos locais de trabalho profissional, sua atividade forma a base para as regras organizacionais dos administradores e para as decisões de trabalho dos praticantes. São eles que controlam a aquisição de diplomas. A *expertise* compreende o conhecimento especializado abstrato adquirido no curso de graduação.

Um dos aspectos que afeta o *status* do jornalismo enquanto profissão, comparado com medicina e advocacia, segundo a definição de Freidson, refere-se à *expertise*. Como a obrigatoriedade do diploma no exercício da profissão é recente comparada às profissões tradicionais e ainda não está consolidada, muitos administradores de empresas

de 20, do século XIX. Em 1808, D. João VI assinou o documento que mandou criar a escola de Cirurgia da Bahia, no antigo Hospital Real Militar da Cidade do Salvador. E em 3 de outubro de 1832 ganhou o nome de Faculdade de Medicina.

² A licença para a Escola Superior de Jornalismo saiu em setembro de 1939 e foi concedida pelo Conselho Nacional de Educação. Ela seria sediada no Rio de Janeiro, mas não chegou a funcionar. A primeira escola de jornalismo, instalada em 1947, foi a Fundação Casper Líbero. A faculdade de jornalismo Escola de Comunicação e Arte (ECA) da Universidade de São Paulo (USP) foi criada em 1966, em São Paulo.

de comunicação no país não possuem formação acadêmica em jornalismo. Eles obtiveram titulação em outras áreas, como, por exemplo, administração de empresas e ciências sociais, ou são considerados jornalistas pelo tempo de exercício. São profissionais que estão atuando no mercado num período anterior a 1979 e conseguiram a licença junto aos Sindicatos e Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ - por tempo de serviço. Na opinião dos jornalistas e de grande parte das empresas de comunicação, o curso de graduação em jornalismo não tem a mesma importância que cursos consagrados como direito e medicina. Na valorização do profissional pesa mais sua experiência profissional, especializações e outros complementos do que sua formação acadêmica em jornalismo. Por isso, no período de suspensão do diploma no exercício da profissão, mais de 13 mil pessoas no país, sem formação universitária em jornalismo, conseguiram o registro provisório para atuar no mercado de trabalho. Grande parte das grades dos cursos de jornalismo no país é constituída de ciências humanas e disciplinas técnicas. Poucas tratam o jornalismo como ciência.

Freidson (1998) associa o poder das profissões ao controle do profissional sobre o conteúdo, os termos, as condições e a meta do seu trabalho. No jornalismo, esta independência é nova dentro da carreira. Corresponde ao setor classificado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo como extra-redação. São as assessorias de imprensa e de comunicação³. Este mercado começou a surgir no país na década

³ O sindicato classifica o mercado de trabalho em jornalismo em 5 áreas, sendo elas: impresso; revistas; emissoras de rádio e televisão; agências de notícias; e setor extra redação. Na classificação extra-redação

de 80 do século XX. É o profissional autônomo que presta serviço a uma ou várias empresas, de qualquer segmento, divulgando-as na mídia. Logo quando surgiram as assessorias, o profissional que trabalhava para esse setor era discriminado pelos próprios colegas da profissão que não viam no trabalho do assessor a função de um jornalista. Os assessores também eram mal remunerados. Durante duas décadas, as assessorias expandiram por todo o país, tornando-se um mercado rentável e fértil na área de jornalismo. Nos outros quatro setores - impresso; rádio e TV; agências de notícias; revistas - o jornalista depende de uma corporação ou instituição de comunicação, seja pública ou privada, para exercer a atividade.

O reconhecimento do profissional jornalista não está associado ao domínio do conhecimento e à academia e, sim, à atuação desse profissional na mídia. Os mais famosos e conhecidos são aqueles que aparecem principalmente nos telejornais, por serem vistos e ouvidos por um público maior, pertencente a todos os extratos sociais e faixas etárias. Todas essas características do mercado retratam o jornalismo como profissão não consolidada e, muito menos, possuindo o *status* profissional da medicina ou advocacia.

No Brasil, a profissão de jornalismo também não possuiu uma fronteira jurisdicional, um conselho regulamentado que esteja acima dos profissionais, como a OAB e o Conselho Federal de Medicina. Nos últimos dois anos houve uma grande discussão sobre a criação do Conselho Federal dos Jor-

também está incluído o mercado universitário, jornalistas que atuam como professores.

nalistas, mas frente à polêmica e divergência dos profissionais da área de comunicação e também dos donos dos veículos de comunicação, o respectivo conselho não foi criado.

4 Jornalismo: ciência ou não?

O jornalismo é foco de estudo das ciências da comunicação, informação e humanas em geral. No entanto, a discussão do jornalismo como portador de *expertise* ainda não é consenso no Brasil. Adelmo Genro Filho foi um dos primeiros jornalistas brasileiro a defender uma teoria para o jornalismo, fundamentada em uma ciência própria (GENRO FILHO, 1987). O autor fez uma revisão das abordagens teóricas (funcionalismo, indústria cultural, marxismo) e práticas do jornalismo, focando os limites das teorias propostas, as quais ilustravam apenas as técnicas dessa atividade, e a falta de reflexão dos profissionais sobre o exercício diário da profissão. Nesta dualidade, o maior prejudicado era o próprio jornalismo. Para Genro Filho (1987), as teorias acadêmicas, em sua maioria, eram fracas, reproduziam as técnicas descritas nos manuais ou dissertam sobre críticas ideológicas do jornalismo como instrumento de dominação.

O autor mostrou que um dos pioneiros a defender o reconhecimento da “ciência jornalística” foi o teórico alemão Otto Groth já na primeira metade do século XX, quando revelou que o exercício diário do jornalismo exige uma metodologia científica no desenvolvimento de uma reportagem, passos que se repetem independente da sociedade e da sua cultura específica. O jornalismo utiliza veículos que materializam idéias, com vida e destinos próprios, usufruindo de uma estrutura e recursos humanos. O que muda é

o conhecimento produzido pelo jornalismo e não as características dessa atividade: periodicidade, atualidade, universalidade e difusão.

Genro Filho (1987, p.3) propõe ao jornalismo um papel revolucionário: “o de ser uma forma de conhecimento que, embora historicamente condicionada pelo capitalismo, apresenta potencialidades que ultrapassam esse modo de produção”. Com isso, ele procura mostrar que o jornalismo é uma forma de conhecimento com base na indústria moderna, mas também faz parte da relação entre indivíduo e gênero humano e assim pode estar presente em qualquer sociedade futura, independente do seu modo de produção.

O jornalista e teórico José Marques de Melo também é um dos defensores do estudo do jornalismo como ciência. Melo (1998), através de uma revisão bibliográfica, mostra a evolução histórica da discussão sobre as ciências da comunicação e da informação. Ele inicia em Platão e Aristóteles com o estudo da retórica e sua importância no processo de informação e persuasão, focando as características filosóficas ou psicológicas e colocando o processo de comunicação em segundo plano. A origem da ciência da informação, como disciplina definida, data do movimento cultural dos enciclopedistas franceses no século XVIII destacando Bacon, que concebe a “ciência de comunicar” como um ramo da lógica, dividida em três grupos específicos: discurso - Ciência do Instrumento; Ciência do Método; Ciência do Ornamento. D’Alembert fez algumas modificações, simplificando a estrutura, no sistema de Bacon, definindo-o como: Ciência do Homem – arte de pensar; arte de reter os pensamentos; arte de

transmiti-los ou comunicá-los. Esse último, por sua vez, subdivide-se em: gramática; retórica; crítica; pedagogia; filologia. Na *Enciclopédia*, visualizou o fenômeno da transmissão de informação em toda sua amplitude, desde a elaboração da mensagem até a utilização de artifícios destinados a conseguir os efeitos desejados, no entanto, considerou apenas a comunicação interpessoal e não a comunicação coletiva. Somente no século XIX aparecem estudos sobre a comunicação coletiva na enciclopédia alemã sob o prisma das ciências sociais. Na década de 1930, o estudo científico da informação busca sua autonomia, com metodologia científica para investigar os fenômenos do jornalismo e da publicidade, destacando Gallup, Lazarsfeld, Kurt Lewin, Harold Laswell, Raymond Nixon, Wilbur Schramm, Jacques Kayser e Otto Groth.

Na discussão sobre o problema de uma metodologia específica aplicada à ciência da informação, Melo (1998) dialoga com Lévi-Strauss, Malinowski, Ernest Nagel, Gilberto Freire, Albert Einstein, Carlos Fayt, e conclui que a investigação científica dos meios de informação está em fase de elaboração, envolvendo três métodos: de observação ou evidência; experimental e comparativo. No jornalismo, em especial, o autor mostra que para caracterizá-lo cientificamente é necessário a coexistência de atualidade, oportunidade, universalidade e difusão coletiva. Assim, o jornalismo pode ser definido como “ciência que estuda o processo de transmissão oportuna de informações da atualidade, através dos veículos de difusão coletiva” (MELO, 1998, p.74).

Garda (1997) aborda o jornalismo como atividade humana, interagindo a arte e a ciência. Analisa a ciência como método no

exercício da profissão através de técnicas de apuração, investigação e busca de objetividade. A autora critica o jornalismo atual justamente por não praticar essa interação entre a arte e a ciência, se afastando cada vez mais, com o advento da tecnologia, do contato com o público. O profissional, por sua vez, retrata um mundo diferente daquele visto pela maioria das pessoas.

Meditsch (2002) discute se o jornalismo é uma forma de conhecimento, apontando três abordagens diferentes. Na primeira, o autor distancia o jornalismo de ciência por ele não se utilizar de um “método científico”, no seu sentido positivista, ao realizar a elaboração de uma reportagem. Essa posição, também utilizada pela Escola de Frankfurt, situa o jornalismo como uma ciência mal feita e às vezes perversa e degradante por falar de todos os assuntos de forma superficial. Na segunda abordagem, o autor cita Robert Park (1940) ao mostrar que o jornalismo possui uma forma de conhecimento da observação do cotidiano e da vida humana, o qual ele denomina de “conhecimento da realidade”, com uma sistemática semelhante à produzida pelas ciências. A terceira abordagem apontada por Meditsch enfatiza o que o jornalismo tem de único, é justamente a sua forma diferente de revelar a realidade, ilustrando aspectos que os outros modos de conhecimento são incapazes de mostrar. Enquanto a ciência procura estabelecer as leis que regem um fato e suas relações, o jornalismo tem a sua força na singularidade do próprio fato. O autor ressalta ainda que o jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz para a sociedade e seus indivíduos, mas também o conhecimento produzido por outras instituições sociais. Para Meditsch, o jornalismo não é uma ciência, pois

ele é incapaz de explicar a realidade que se propõe revelar. Mas, por outro lado, o jornalismo como forma de conhecimento é capaz de revelar aspectos da realidade que escapam à metodologia das ciências. O jornalismo tem uma forma de conhecimento de direito próprio. Não é apenas um instrumento para transmitir conhecimentos produzidos por outrem e nem tão somente um meio de comunicação, mas é também um meio de conhecimento com relevância e responsabilidade do seu papel social.

Chaparro (2006) também não vê o jornalismo como ciência e muito menos como simples técnica. Com os avanços da tecnologia e a rapidez da informação, o autor mostra que o jornalista hoje não apenas narra o que acontece, mas também tem que ser capaz de compreender e atribuir significados aos fatos. A dificuldade não está nas ferramentas e sim na capacidade intelectual para apreender e compreender os acontecimentos. Ao contrário de Meditsch, Chaparro mostra que se o jornalista incorporasse alguns procedimentos científicos, mais especificamente um método de pesquisa, com recorte do objeto, investigação, verificação, aferição, contextualização e profundidade, o seu trabalho seria mais confiável, menos superficial e menos pobre. Ele produziria mais habitualmente grandes reportagens e reportagens especiais.

5 Conclusão

Esta breve revisão bibliográfica ilustra algumas pesquisas no campo da Ciência da Comunicação e mostra que há uma reflexão no meio acadêmico sobre as relações entre jornalismo, conhecimento, ciência e mercado de trabalho. Uma possível leitura comum dos autores citados acima é de que o

jornalismo no Brasil ainda não é considerado ciência pelos pragmáticos e nem pelos teóricos. Esses mostram que isso deve-se em parte ao mercado que não prioriza por um procedimento metodológico no exercício diário do jornalismo, a aqueles jornalistas que atuam na mídia e também não valorizam a formação teórica no desenvolvimento da notícia, tratando essa atividade como algo inato ao indivíduo e/ou adquirido com a prática e desmerecendo qualquer conteúdo teórico, bem como às academias que não primam, de maneira geral, pela ciência do jornalismo.

Por outro lado, o processo de profissionalização do jornalismo é recente e, talvez por isso, não se sedimentou. Um dos requisitos necessários ao jornalismo para adquirir *status* de profissão é possuir *expertise* produzida nas academias. A sua formação teórica, no Brasil, está muito atrelada às ciências humanas, da comunicação e às disciplinas técnicas, favorecendo o olhar dos pragmáticos que priorizam a formação prática. O fato de não ser uma profissão consolidada oferece uma menor estabilidade ao profissional e um mercado extremamente competitivo, ligado à lógica do mercado capitalista. São as extensas jornadas de trabalho, plantões em feriados e finais de semana, as altas oscilações salariais e as contratações sem vínculos empregatícios.

O exercício diário do profissional, desde apuração da pauta até a ida a campo, exige um procedimento metodológico, que será mais valorizado se for fruto de uma reflexão lógica. Esse conhecimento deveria ser mais explorado na formação do profissional que, por sua vez, passaria a fazer um número maior de reportagens especiais e de notícias do gênero investigativo. Outro ponto rele-

vante é a criação de um limite jurisdicional que regulamente a profissão. Estes seriam alguns passos para o jornalismo ser reconhecido como profissão. A formação dos jornalistas é de interesse da sociedade. Uma sociedade democrática possui uma imprensa crítica e responsável.

6 Referências Bibliográficas

- CHAPARRO, Carlos. De como a ciência pode ajudar a notícia. *MidiAmix – Assessoria de Imprensa*. Disponível: www.midiAmix.com/assessoria/nota2.htm. acessado em março de 2006.
- FREIDSON, Eliot. *Renascimento do profissionalismo*. São Paulo, Edusp, 1998.
- FREIDSON, Eliot. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais, in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, SP, n. 31, junho 1996.
- GARDA, Cynthia. Nem arte nem ciência. *Revista Mirandum III*. São Paulo, Agosto, 1997.
- MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? *Mídia & Jornalismo*, Vol.1, p.9-22, 2002.
- MELO, José Marques. *Teoria da Comunicação: paradigmas latino-americanos*, Petrópoles, Ed. Vozes, 1998.
- MELO, José Marques. *Comunicação e modernidade*. São Paulo, Edições Loyola, 1991.
- MOREIRA, Walter. Os colégios virtuais e a nova configuração da comunidade científica. *Ci. Inf.*, Brasília, Vol. 34, n.1, p.57-63, Jan/Abr., 2005.
- PARK, Robert. A notícia como conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento. Trad. Brás. *Steinberg, C.*, Meios de Comunicação de Massa, São Paulo, Cutrix, 1940.
- ROCHA, Paula Melani. *A profissionalização em um jornal popular*, in BONELLI, M. da G. (org): *Teoria & Pesquisa*. São Carlos, n.28/29, p.63-95, 1999.
- TEIXEIRA, Mônica. Pressupostos do jornalismo de ciência tal como é praticado no Brasil e suas repercussões no modo da cobertura. *Parcerias Estratégicas*. N.13. Dez. 2001.